



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

Percursos Migratórios de Reclusas De Nacionalidade Estrangeira

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa
para obtenção do grau de Mestre em Psicologia

– Especialização em Psicologia da Justiça e do Comportamento Desviante –

por

Catarina Cardoso Macedo Rodrigues

sob orientação de
Doutora Raquel Matos

Faculdade de Educação e Psicologia
Porto, julho 2013

Agradecimentos

À Doutora Raquel Matos, a disponibilidade, ajuda e orientação ao longo deste percurso. Obrigada.

À professora Mariana Barbosa, a paciência, a dedicação e os momentos de reflexão que considero terem sido fundamentais para o meu crescimento pessoal e acadêmico. Obrigada.

Aos meus pais, aos meus irmãos e ao Rui, o voto de confiança e o apoio prestado ao longo deste caminho pautado por momentos mais fáceis e momentos com obstáculos.

Aquelas amigas e não menos importante, um obrigado também especial, pela amizade, compreensão e apoio.

A todos aqueles que previamente ao meu envolvimento neste projeto, já tinham desenvolvido e contribuído com o seu trabalho, nomeadamente material e conhecimento científico para o desenvolvimento desta dissertação.

Resumo

O estudo apresentado está inserido num projeto mais amplo, de nível nacional denominado de Trajetórias de Vida de Reclusas de Nacionalidade Estrangeira em Portugal¹, cujo objetivo é explorar as trajetórias de vida destas mulheres reclusas de nacionalidade estrangeira detidas em dois estabelecimentos prisionais em Portugal. Este estudo tem por isso o objetivo de explorar e analisar as trajetórias destas mulheres reclusas, no que respeita aos seus percursos migratórios, envolvimento no crime, e perspetivações de futuro, construídos nas suas narrativas. Para seleção da amostra constituída por 41 mulheres, utilizou-se uma metodologia qualitativa partindo da análise de dados recolhidos no estudo Trajetórias de Vida de Reclusas de Nacionalidade Estrangeira em Portugal. A partir da análise dos dados, foi possível perceber as motivações destas mulheres no que respeita à decisão da migração, e envolvimento no crime. Sucintamente percebemos que estas mulheres procuram sobretudo uma melhoria das suas condições de vida. No entanto e, não encontrando a curto prazo propostas de trabalho ou alternativas, vêm-se forçadas a recorrer a atividades ilícitas, que lhes oferecem grandes propostas a curto prazo de obtenção de dinheiro. Assim, a realização deste estudo revelou-se pertinente para a compreensão das migrações femininas, e do modo como estas se entrecruzam com a reclusão de mulheres.

Palavras-Chave: Reclusas estrangeiras, Percursos migratórios, Crime, Reclusão.

¹ Projeto de Investigação financiado pela FCT em protocolo com a CIG (PIHM/VG/0036/2008)

Abstract

The present study is part of a wider project of national called Life Trajectories of prisoners of foreign nationality in Portugal ¹, whose goal is to explore the life trajectories of these women prisoners are foreign nationals detained in two prisons in Portugal. This study is therefore the purpose of exploring and analyzing the trajectories of these women prisoners, in respect to their migratory pathways, involvement in crime, and perspectives future, built in their narratives. To select the sample of 41 women, we used a qualitative methodology based on an analysis of data collected in the study of life trajectories of prisoners of foreign nationality in Portugal. From the data analysis, it was possible to perceive the motivations of these women with regard to the decision of migration, and involvement in crime. Succinctly realize that these women look particularly an improvement in their living conditions. However, and not finding short-term work proposals or alternatives have been forced to resort to illegal activities, they offer great short term proposals to raise money. Thus, this study proved to be relevant for the understanding of female migration, and how these intersect with the seclusion of women.

Keywords: Foreign prisoners, Migratory routes, Crime, Reclusion.

¹ Research Project funded by FCT in agreement with the CIG (PIHM/VG/0036/2008)

Índice

Introdução.....	1
Enquadramento teórico.....	3
1. Visão histórica dos fluxos migratórios na Europa.....	3
2. Visão histórica dos fluxos migratórios “de” e “para” Portugal.....	4
3. O controlo da imigração ilegal: das políticas europeias às práticas em Portugal.....	6
4. Especificidades da imigração em Portugal.....	8
4.1. Condições de habitação e integração dos imigrantes em Portugal.....	8
4.2. Feminização das migrações em Portugal.....	9
5. Reclusão da População Estrangeira em Portugal.....	12
6. Discurso que associa imigração e crime.....	14
Estudo empírico	
7. Objetivos.....	17
8. Método.....	19
8.1. Amostra.....	20
8.2. Instrumentos.....	23
8.3. Procedimentos.....	23
9. Resultados.....	25
10. Discussão e conclusões.....	31
11. Bibliografia.....	37
12. Anexos.....	XI
Anexo A – Tabela de Categorização.....	XIII

Introdução

Os migrantes de todos os tempos evocam diversas imagens, como a partida, a viagem, o trajeto e a chegada, a uma nova terra, a um novo país que constitui e constrói toda uma trajetória desta população que optam por este percurso em diferentes fatores (Sasaki & Asis, 2000).

Portugal, um país tradicionalmente de emigração, passou a integrar a partir da década de 90 o grupo de países também de imigração. Assim, os fluxos migratórios para Portugal surgem com a independência das ex-colónias portuguesas, atingindo o seu auge a partir da década de 90 (Norte, Mortágua, Rosa, Silva, & Santos, 2004). A imigração tornou-se assim, na primordial forma do crescimento populacional em Portugal e este país, continua a receber atualmente significativas quantidades de população vindas principalmente de outros países membros da União Europeia (Esteves & Malheiros, 1999).

O fenómeno imigratório adquire, deste modo, uma importância inquestionável e Portugal assume-se como um país de destino para um crescente número de cidadãos de nacionalidade estrangeira (Norte et al., 2004). Uma das mais interessantes alterações neste processo dos fluxos migratórios prende-se com a sua progressiva feminização. Uma expressão que não se limita apenas a caracterizar o aumento do número de mulheres em condição de mobilidade mas, também, as motivações do seu percurso migratório, nomeadamente económicas, culturais, sociais e políticas (Norte et al., 2004). Estas mulheres procuram um país de destino pautado por uma maior liberdade e menor discriminação face ao género, quer em termos de mercado de trabalho, quer da sua vida pessoal.

Contudo, a literatura demonstra que a integração desta nesta população migrante origina a construção de diversas imagens, positivas e negativas. Além disso, é ainda nesta nova população que encontramos os maiores riscos de exclusão social e vulnerabilidade.

O projeto Trajetórias de Vida de Reclusas de Nacionalidade Estrangeira¹ tem como objetivo de estudo analisar os percursos migratórios destas mulheres de nacionalidade estrangeira detidas em Portugal em dois estabelecimentos prisionais. Assim, entendemos que a realização deste estudo se mostra pertinente para o entendimento relativo à migração feminina, assim como da criminalidade e reclusão feminina quer no panorama nacional, quer no panorama internacional. Esperando com isto que os resultados obtidos, através da análise e recolha de dados permitam compreender os percursos migratórios destas mulheres e as suas vivências.

¹ Projeto de Investigação financiado pela FCT em protocolo com a CIG (PIHM/VG/0036/2008)

O presente estudo de investigação encontra-se dividido entre Enquadramento Teórico, Metodologia, Resultados, Discussão dos Resultados e Conclusões. No Enquadramento Teórico é feita uma revisão da literatura existente em relação ao fenómeno das migrações, evidenciando a feminização das migrações. Finalmente apresentamos o método de estudo, os objetivos, participantes, instrumentos, e procedimentos, bem como discussão de resultados e conclusões.

Enquadramento Teórico

1. Visão histórica dos fluxos migratórios na Europa

Após o início do processo de globalização, com os descobrimentos portugueses do século XV, “A globalização, fenómeno cuja origem remonta aos descobrimentos marítimos portugueses do século XV, e substancialmente impulsionado pela revolução industrial, deu lugar a um contínuo movimento de migrações, que se estendeu até aos dias de hoje. Ora, este processo converteu a Europa num continente de emigrantes.” Historicamente é difícil calcular o número total de emigrantes europeus no meio milénio após as descobertas. No entanto, falamos de milhões de pessoas que permaneceram principalmente no continente americano, mas igualmente, na África, na Ásia e na Oceânia (Ortega, 2007).

A emigração foi, para os europeus, um desafio, tendo-se assumido eventualmente numa solução para os múltiplos problemas da Europa moderna, nomeadamente, as guerras, a fome e a perseguição política (Ortega, 2007). Segundo Ortega (2007) a última grande vaga de circulação de emigrantes teve origem depois da Primeira Guerra Mundial, como consequência dos reagrupamentos políticos territoriais, das expulsões massivas das povoações e as perseguições ideológicas, étnicas e políticas.

O fenómeno migratório não é novo para a Europa. O que se torna distinto é a consciência europeia da existência do fenómeno migratório e, a reação social e política, que a intensificação dos fluxos migratórios provocaram. O que distingue atualmente, os fluxos migratórios é a sua contínua problematização que se foi assumindo como um campo de estudo e de intervenção política social.

Os fluxos migratórios para a Europa são tidos como uma consequência direta da globalização. Estes fluxos, que hoje fazem parte essencial do sistema económico europeu, introduzem diversos elementos perturbadores no sistema social, dos quais se acrescenta a interação e a própria difusão cultural, considerada potenciadora de criação de novas ideias e valores (Lages, Policarpo, Marques, Matos, & António, 2006). O desenvolvimento tecnológico e o aumento significativo dos movimentos populacionais são também, considerados fatores, que muito têm contribuído, nas sociedades modernas, para a sua mudança.

A presença, na Europa, de uma população migrantes significativas provocou não só, a criação de novas imagens sociais e jurídicas sobre os residentes e os imigrantes temporários, ilegais ou refugiados, como também, um fenómeno cultural de rejeição do estrangeiro. Esta rejeição da imigração, na forma do racismo, originou a criação, na Europa, de sociedades duais, “os filhos e os netos dos imigrantes ficam nos guetos dos imigrantes

das grandes cidades europeias e são rejeitados pela sociedade “branca” ou “cristã” dominante” (Ortega, 2007, pp.3).

Em geral, a sociedade europeia sente-se perturbada pelo fenómeno da imigração. A vantagem que deriva para a economia europeia dos fluxos migratórios é em toda compensada por efeitos negativos sociais e políticos.

A imigração passa a desta forma, a ser uma preocupação da sociedade europeia, em que, face à criação destas novas imagens, os países europeus iniciaram o desenvolvimento e o estabelecimento das suas próprias regras (Matos, Machado, Barbosa, & Salgueiro, 2010). O fenómeno da imigração na União Europeia está a converter-se num dos mais importantes problemas políticos do nosso continente e, embora não existam estatísticas absolutamente fidedignas relativamente à dimensão dos fluxos migratórios, estes foram evoluindo na Europa de acordo com múltiplos fatores, nomeadamente, a história do continente e seus respetivos países, e a história do mundo global (Matos, Machado, Barbosa, & Salgueiro, 2010).

Este mundo globalizado, em que atualmente nos inserimos, tem assistido a um movimento crescente da circulação de pessoas em busca de melhores condições de vida (Norte, Mortágua, Rosa, Silva, & Santos, 2004). A imigração começa, desta forma, a ser socialmente percebida como um instrumento de grande importância no combate às circunstâncias demográficas (Ortega, 2007).

2. Visão histórica dos fluxos migratórios “de” e “para” Portugal

Não sendo tradicionalmente Portugal um país de imigração, mas sim, de emigração, a sua população foi crescendo e sendo constituída com o contributo de várias nacionalidades, autóctones, mouros, judeus e mais tarde franceses e espanhóis (Lages, Policarpo, Marques Matos, & António, 2006).

Portugal é, à semelhança dos restantes países do Sul da Europa, um país com uma história imigratória bastante recente. Excluindo os fluxos migratórios que ocorreram durante o tempo do Império, podemos afirmar que o ciclo da imigração contemporânea se iniciou na segunda metade da década de 70, com a chegada de pessoas provindas das ex-colónias (Lages et al, 2006). Além da imigração ter passado a ser a componente principal dos movimentos migratórios externos, estes fluxos tornaram-se ainda, na componente principal do crescimento populacional em Portugal.

Para Baganha (1998), Portugal é um país de imigração relativamente recente e segundo o qual, esta imigração pode ser analisada em três fases. Uma primeira fase,

situada entre 1975 e o início dos anos 80, onde se evidenciou uma grande afluência de africanos das antigas ex-colónias. Uma segunda fase, iniciada na década de 80, caracterizada pelo número global de estrangeiros que continuou a aumentar a um ritmo razoável e, por último, uma terceira fase, iniciada a partir da primeira metade da década de 90, em que, o ritmo de crescimento da população estrangeira comparativamente à residência legal, também disparou.

O início dos anos 90 ficou ainda marcado, pela adesão de Portugal ao acordo de Schengen e pela confirmação de uma nova fase do ciclo imigratório, caracterizado por uma crescente tendência para a diversificação das nacionalidades presentes em Portugal (Lages et al, 2006). No final do Século XX, os imigrantes em Portugal eram maioritariamente oriundos das ex-colónias Portuguesas em África e no Brasil.

Aos dados da imigração legal surge ainda um fluxo não negligenciável de imigrantes ilegais que, desde do ano de 1996 (ano em que se efetuou a última regularização extraordinária de imigrantes ilegais do século XX), Portugal acedeu ao Espaço Schengen e, por tal, não parou de crescer. Este crescimento evidencia-se como particularmente intenso após a entrada em vigor do Decreto-Lei 244/98, de 8 de Agosto, que veio consagrar a oportunidade de obtenção de autorização de residência aos imigrantes ilegais a residir no país (Baganha, Marques, & Góis, 2003).

No entanto, a partir do ano de 2000 registou-se uma súbita modificação no panorama imigratório em Portugal, e após a consolidação da imigração de origem Europeia e dos Países de Língua Oficial Portuguesa, Portugal passou a atrair imigrantes económicos de múltiplas origens (Lages et al, 2006). As autorizações de permanência concedidas ao abrigo do Decreto-Lei 4/2001 de 10 de Janeiro permitiam também, confirmar as mudanças na imigração em Portugal e, simultaneamente atestar a emergência de comunidades imigrantes, anteriormente pouco significativas. Assistiu-se pela primeira vez, à entrada de imigrantes ucranianos, romenos, moldavos e russos, que emergiram no topo das estatísticas da imigração em Portugal (Lages et al, 2006).

Com isto, torna-se evidente que a imigração está a mudar de forma progressiva, sobretudo, na sociedade Portuguesa, impactando a sua composição sociodemográfica, a sua caracterização da população ativa no mercado de trabalho, as suas expressões culturais e a sua configuração socioespacial, e fomentando, a par disto, o surgimento de novas exclusões sociais (Fonseca, 2008). Ainda segundo Fonseca (2008) esta mudança resulta não só da fixação de um número progressivamente mais numeroso de imigrantes, mas também consequência da própria diversidade interna dos grupos de imigrantes que aqui se estabelecem.

Portugal torna-se assim um país de integração e de acolhimento, de tolerância e de aceitação. É certo que, numa perspetiva comparada, Portugal continua a ser um país sem notícias de fenómenos muito visíveis e de grande complexidade social e cultural (Fonseca, 2008).

Embora a presença de estrangeiros em território português não seja um exclusivo da atualidade, o número de migrantes tem vindo a aumentar de forma muito clara, nos últimos anos (Peixoto, Soares, Costa, Murteira, Pereira, & Sabino, 2005) tornando-se a imigração a primordial forma de crescimento populacional em Portugal (Esteves & Malheiros, 1999).

3. O controlo da imigração ilegal: das políticas europeias às práticas em Portugal

A imigração passou a ser uma preocupação significativa na sociedade de hoje. Os governos iniciaram medidas de controlo da imigração e este tema passou a ocupar um lugar central, no debate político nas sociedades ocidentais (Couto, s/d).

Após os dois primeiros programas anti-imigração desenvolvidos na Grã-Bretanha, durante os anos cinquenta pelo deputado Enoch Powell, todos os governos europeus seguiram o exemplo britânico. A adoção de leis fortaleceu as políticas de controlo e de medidas de regulação dos fluxos migratórios (Ortega, 2007). O problema, e segundo Ortega (2007) é que esta política não é conforme as realidades económicas e sociais deste mundo globalizado. A Europa tem a necessidade de imigrantes. Na Ásia, na África e na América latina, milhões de trabalhadores estão dispostos a empreender a “aventura” da imigração, apesar dos obstáculos legais impostos pelos governos europeus.

A multiplicação dos controlos na Europa face à imigração conduz ao desenvolvimento da imigração ilegal e/ou irregular, por vezes, de forma tão dramática. A “crise dos cayucos” (imigrantes das Canárias) marca desta forma, um momento considerado decisivo para a política europeia de imigração. Este carácter massivo da exigia que uma resposta europeia imediata. A resposta, mesmo sendo lenta, originou o nascimento de uma política europeia de imigração (Ferin, Santos, Filho, & Fortes, 2006).

Posto isto, e com o reconhecimento do auxílio à imigração ilegal, vários organismos supranacionais (e.g., ONU, Comissão Europeia) proferiram a necessidade de se assegurar um pleno reconhecimento dos direitos das vítimas, através da concertação dos Estados-membros, no sentido de se promoverem medidas específicas de proteção e assistência (IOM, 2010). Entre os exemplos mais paradigmáticos, existe além da criação de estruturas

de acolhimento e serviços de apoio, a possibilidade de concessão de períodos de reflexão e de autorizações especiais de residência (Couto, s/d).

Relativamente há concertação de políticas relativas à imigração na União Europeia (UE), esta tem privilegiado, sobretudo, duas vertentes que se complementam. Por um lado, o ajustamento de aspetos preventivos e de defesa interna e externa; por outro lado, o desenvolvimento de mecanismos quer integrativos, quer não discriminatórios (Ferin et al, 2006).

No caso de Portugal, a partir dos anos 90, assiste-se a uma viragem no debate político, evidenciando-se o realce dado à inversão de Portugal como país de emigração, para se converter em país de acolhimento (Norte et al., 2004). Assim, as crescentes vagas de fluxos migratórios com destino ao nosso país originam o aparecimento de uma nova política de imigração planeada e inexistente até então. A preocupação em legalizar os imigrantes que se encontravam em situação irregular emerge, também, nesta década, contribuindo essencialmente para combater os fenómenos de exclusão social e de exploração laboral (Marinucci, 2007).

Perante esta evidência da dimensão do fenómeno da imigração, o Estado Português tem procurado desenvolver não só instrumentos jurídicos mas, também, mecanismos institucionais que, por um lado, promovam a integração social, económica e cultural dos imigrantes e, por outro lado, combatam os fenómenos de racismo e discriminação contra indivíduos e comunidades imigrantes estabelecidas em Portugal (Fonseca, 2008).

Tendo em conta a atual situação do aumento dos fluxos migratórios causados sobretudo por razões económicas e sociais e, perante populações que partilham duas culturas como forma de estratégia de sobrevivência, é necessário o desenvolvimento de políticas que utilizem a migração como benefício mútuo, do país de origem e, do país de acolhimento (Ortega, 2007).

Após uma primeira aproximação puramente repressiva, a União Europeia está a considerar hoje, um conjunto de medidas endereçadas à facilitação da emigração legal e do retorno voluntário dos migrantes aos seus países de origem. A UE está ainda, a melhorar notavelmente o controlo das suas fronteiras externas, sobretudo, nos espaços marítimos, para pôr fim ao dramático sistema de imigração clandestina.

4. Especificidades da imigração em Portugal

4.1. Condições de habitação e integração dos imigrantes em Portugal

Ao longo das últimas três décadas, a sociedade portuguesa assistiu a transformações profundas no domínio da habitação, estabelecendo não só, um conjunto de padrões dominantes nas formas de acesso ao alojamento, mas igualmente, nos modos de crescimento e organização dos espaços urbanos (Malheiros & Fonseca, 2011).

A presença e o crescimento de cidadãos estrangeiros em Portugal, nomeadamente nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, é um dos traços mais marcantes na evolução e alteração da composição demográfica e social do país, sobretudo, no período entre o início dos anos 90 do século passado e o presente.

O crescimento da imigração em Portugal observado ao longo das últimas décadas, coincidiu com importantes transformações, quer ao nível da estrutura do mercado de habitação, quer ao nível da organização socioespacial das cidades (Barbosa, Fonseca, Harrison, Nygren-Krug, Padilha, & Sampaio, 2008). Os dois ciclos migratórios que se viveram até 2004/2005 tiveram impacto no sector habitacional em Portugal, colocando diversos desafios às políticas de habitação.

No que respeita à primeira vaga de imigrantes, vindos sobretudo dos Países de Língua Oficial Portuguesa, as suas chegadas relativamente volumosas ocorridas como consequência dos processos de descolonização em meados dos anos 70, tiveram um particular impacto. Depararam-se com um mercado imobiliário que não demonstrou capacidade de oferecer a estas populações, um número de alojamentos suficientes e a preços acessíveis (Malheiros & Fonseca, 2011). Segundo estes autores, estes dois fatores contribuíram não só, para o agravamento das carências habitacionais nas cidades, mas também para a expansão dos bairros degradados das periferias e no aumento da percentagem de alojamentos sobrelotados e partilhados, por mais de uma família.

Relativamente à segunda vaga de imigração, ocorrida entre 1998-2007, dominada sobretudo por cidadãos brasileiros e cidadãos de países da Europa de Leste, os processos de autoconstrução e ou de instalação em alojamentos informais são bem menos significativos, optando-se sobretudo, por habitações mais antigas ou degradadas (Malheiros & Fonseca, 2011).

Apesar das evidentes dinâmicas e do perfil da imigração, em Portugal, as condições de alojamento continuam a ser um entrave maior para os grupos de imigrantes, quando comparados com a população nacional. A questão relativa à habitação, não tem sido de fato matéria prioritária no contexto das políticas de integração. Só em meados do último decénio

é que a problemática da habitação, começou a merecer uma atenção mais significativa (Barbosa et al., 2008).

No caso de Portugal, a importância das condições de habitação no processo decorrente da inserção dos imigrantes é reconhecida no I Plano Nacional para a Integração de Imigrantes (Resolução do Conselho de Ministros nº63 – A/2007, de 3 de Maio). Este plano, embora não ostente um olhar muito claro da relação entre habitação e integração, contempla 8 medidas distintas para esta área: três no domínio de alojamentos, quatro orientadas no sentido da melhoria das condições de acesso aos mercados locais de habitação, quer público quer privado e, por último, uma medida que visa a responsabilização dos imigrantes beneficiários de habitação de renda social, no que toca ao cumprimento dos seus deveres contratuais (Barbosa et al., 2008).

Por fim, e embora o I Plano se centre no realojamento e na construção nova, o 2º Plano de Integração e Inclusão (2010-2013) vem introduzir novos avanços, sobretudo, no domínio do realojamento e da incorporação da dimensão regeneração.

4.2. Feminização das migrações em Portugal

Na atualidade, uma das mais interessantes alterações nos fluxos migratórios, prende-se com a progressiva feminização. Esta é uma realidade que não se limita apenas a caracterizar o aumento do número de mulheres em situação de mobilidade, mas também, outros aspetos do processo de migração, que diferem fundamentalmente do iniciado pelos homens (Couto, s/d).

Até hoje, a questão do género não foi suficientemente valorizada nas análises das migrações internacionais. Nas décadas anteriores e, partindo do pressuposto de que as migrações estavam relacionadas com a questão do trabalho, acreditava-se quase sempre, que as mulheres participavam delas apenas e enquanto acompanhantes ou, casualmente, na hora da reunificação familiar (Marinucci, 2007).

Nessa perspetiva, para compreender as características essenciais do ato migratório era necessário pesquisar a migração do homem, único agente ativo. Eventualmente, existiam estudos complementares em que eram aprofundados aspetos específicos da migração feminina, deixando a entender desta maneira, que a migração “padrão” era sempre e exclusivamente masculina (Marinucci, 2007).

Alguns teóricos das migrações entendem que as mulheres migrantes, apesar de participarem intensamente dos fluxos há várias décadas, permaneceram invisíveis nas abordagens analíticas. Com a expressão invisibilidade entende-se a ausência ou a limitada utilização, no passado, do enfoque do género em vista de uma melhor compreensão do

fenómeno migratório. A mulher, nesta perspectiva, permaneceu invisível, sobretudo no que diz respeito à especificidade de sua experiência migratória. Uma primeira razão da invisibilidade está na compreensão etiológica do fenómeno migratório em termos puramente economicistas e trabalhistas (Marinucci, 2007). Partia-se do pressuposto de que os mercados de trabalho constituíam a principal causa dos fluxos. Portanto, sendo bastante reduzida a participação laboral da mulher, a migração era considerada um fenómeno fundamentalmente masculino.

As teorias estruturalistas, ao considerar também os deslocamentos humanos como consequência de estrangimentos estruturais, focavam mais a questão de classe, relativizando a abordagem de género e, silenciando a condição de inferioridade que as mulheres sofriam na incorporação ao mercado capitalista (Ramos, 2010).

Finalmente, as mais recentes teorias das redes migratórias, mesmo priorizando o papel estratégico dos grupos sociais, raramente levaram em conta as estratificações e conflitos de género presentes no interior dessas redes, ilusoriamente interpretadas como espaços onde as decisões são tomadas de forma participativa e simétrica (Marinucci, 2007).

A expressão “feminização das migrações” começou a ser utilizada com maior frequência para designar, de forma genérica, as mudanças que nas últimas décadas envolveram as mulheres no contexto migratório. Historicamente, só a partir dos anos 80, as análises das migrações contemplaram a variável género, incluindo, a participação feminina no processo migratório e na teoria geral das migrações (Malheiros & Padilha, 2010). Esta evolução significa que a feminização das migrações é, agora, global.

Esta nova tendência da migração que reflete um aumento do número de mulheres, é de facto, uma das principais características da nova era das migrações (Ramos, 2010). Marinucci (2007) aponta o que muitos chamam de “feminização da pobreza”, ou seja, a situação de vulnerabilidade económica decorrente da dificuldade que a mulher tem de entrar no mercado de trabalho ou, então, de se sustentar em empregos tipicamente “femininos”, mal remunerados e extremamente precários. Além disso, importa ainda relembrar que, em muitos países do mundo aumentou o número de lares chefiados por mulheres. Muitas delas, sendo responsáveis pelo sustento familiar, vêem-se obrigadas a migrar para aumentar suas rendas. Importa ainda ressaltar que a mudança do perfil da mulher migrante não decorre apenas da sua inserção no mercado de trabalho. Em algumas regiões do mundo, onde as mulheres já alcançaram uma expressiva emancipação, a maior autonomia feminina pode também ser a causa da mobilidade.

A feminização das migrações diz respeito à mudança de perfil da mulher migrante que, na atualidade, está assumir um papel autónomo e induzido por razões

socioeconómicas, por mudanças do mercado de trabalho, bem como por transformações ou procura de transformações nas relações de género (Marinucci, 2007).

Na última década, uma observação mais atenta e detalhada dos fluxos migratórios permitiu de forma progressiva, ganhar consciência do crescente número de mulheres que migram por decisão própria, fora de qualquer contexto de reagrupamento familiar e determinadas apenas pela vontade pessoal de procurar uma vida melhor, fazendo-o sozinhas ou juntamente com pequenos grupos de outras mulheres. Esta decisão de imigrar sozinha pode representar um conjunto de consequências relevantes no plano da inserção destas mulheres nas sociedades de acolhimento, nomeadamente, o risco de desintegrar as tradicionais relações familiares nos países de origem, sobretudo no caso das assim chamadas famílias transnacionais; a situação de extrema vulnerabilidade em que muitas mulheres migrantes se encontram, tanto na hora da vinda quanto na hora da inserção no país de destino, a dupla discriminação no lugar de trabalho, enquanto mulheres e estrangeiras; a pressão social relacionada ao tradicional papel de género e, os problemas de visto inerentes à condição de dependência do esposo (Marinucci, 2007).

A atual mobilidade geográfica da mulher não corresponde necessariamente a um ato autónomo, mesmo quando é realizada de forma individual. Este sustenta que frequentemente, a decisão de migrar responde a uma decisão familiar que visa o aumento financeiro através da combinação do trabalho doméstico remunerado da mulher migrante e o trabalho doméstico não-remunerado de outras mulheres (irmãs, filhas, tias, avôs etc.) no país de origem. Neste caso, a migração individual não é necessariamente migração autónoma (Ramos, 2010).

Em contrapartida, em muito casos, as mulheres que emigram sozinhas têm o grave peso da responsabilidade do sustento dos próprios filhos e/ou dos próprios familiares. Neste contexto, as mulheres migrantes vivenciam uma situação de vulnerabilidades e dependência, decorrente da necessidade de enviar dinheiro e, em muitos casos, de pegar as dívidas das viagens. Assim, não raramente, são obrigadas a tolerar violações hediondas dos próprios direitos para não abrir mão do emprego. É uma situação que gera mais submissão que autonomia (Marinucci, 2007).

Num mundo ainda caracterizado por uma estrutura bastante patriarcal e machista, acredita-se que a maioria das mulheres, em contexto migratório, tenha que enfrentar os preconceitos e as discriminações de género. Neste sentido, o aumento quantitativo de mulheres migrantes e, ao mesmo tempo, o crescente número de mulheres que migram sozinhas representam um sério desafio que exige respostas urgentes e eficazes da comunidade internacional, dos governos envolvidos e da sociedade civil (Marinucci, 2007).

Por outro lado, este mesmo autor afirma que a maior visibilidade da migração feminina, embora ainda principiante, representa um importante auxílio para a elaboração de políticas públicas que visem amparar as mulheres migrantes em situações específicas, promovendo assim o seu protagonismo.

A complexidade das migrações internacionais contemporâneas impossibilita uma resposta simplista, em geral as migrações têm um carácter ambivalente, podendo ser um espaço de empoderamento, mas também de violação dos direitos fundamentais das mulheres. Na maioria dos casos, a mesma mulher pode ser vitimizada, em determinadas situações, e sujeito ativo de transformação pessoal e social, em outras.

Na tentativa de potenciar os efeitos positivos das migrações e diminuir os impactos negativos nas sociedades de origem é necessária, a construção do codesenvolvimento através do contributo das populações migrantes nos países de imigração e de emigração (Ramos, 2010). É necessário que estas políticas migratórias se tornem sensíveis às questões de género e de proteção dos direitos dos migrantes, nomeadamente mulheres e homens, com políticas de regulação dos fluxos migratórios, de reagrupamento familiar e de integração de e imigração compatíveis com a coesão social. Em síntese, considera-se necessário assegurar a inclusão das mulheres migrantes e o desenvolvimento das suas capacidades no projeto migratório, apoiando o seu empreendedorismo (Ramos, 2010).

A feminização das migrações é também um sinal do número de mulheres que, no deslocamento geográfico, procuram uma maior autonomia e liberdade das realidades que as sufocam. Muitas delas aceitam enfrentar sérios riscos para poder realizar seus sonhos.

5. Reclusão da População Estrangeira em Portugal

Tendo em conta proporção de reclusos estrangeiros nas prisões europeias, podemos afirmar que, de uma forma geral, esta tem vindo aumentar ao longo da última década. Especificamente no caso de Portugal, salienta-se antes de mais, a sobre representação de cidadãos de nacionalidade estrangeira no sistema prisional e, genericamente, no sistema de justiça criminal (Cunha, 2010).

A primeira referência ao tópico sobre a imigração, criminalidade e justiça penal, surgiu num estudo de Maria Ioannis Baganha (1998), sobre a inserção de imigrantes na economia formal. Neste estudo, evidenciou-se uma maior tendência dos estrangeiros, em comparação com os nacionais, para se estar recluso, para se ser acusado, condenado e, conseqüentemente, uma sobre-representação dos primeiros na população acusada, condenada e em reclusão. Face às tendências analisadas, o estudo admitia duas hipóteses

de explicação para esta sobre-representação de estrangeiros na população acusada, condenada e reclusa (Fonseca, 2008): a primeira baseia-se no padrão de criminalidade dos estrangeiros e respetivo quadro jurídico-institucional de controlo e punição; a segunda, considera a discriminação institucional (policial e judicial) em prejuízo dos estrangeiros.

Os estrangeiros que se encontram em território nacional residem, em grande percentagem, nos bairros sociais e fisicamente mais desqualificados das áreas metropolitanas. Em Portugal, são estas as áreas que estão sujeitas a um maior nível de controlo por parte das autoridades policiais, podendo isto, constituir-se como fator explicativo para a sobre-representação desta população no sistema de justiça penal (Guia, 2010). O acesso à justiça destes grupos sociais, de classes mais baixas e ou economicamente mais frágeis, como as minorias étnicas ou os estrangeiros, encontra-se também bastante condicionado.

Para Guia (2010), se considerarmos a lógica de pensar no imigrante (recluso que tenha declarado residência em Portugal) e no estrangeiro (recluso que não o tenha feito), confirma-se que os reclusos não nacionais residentes condenados, ou seja, os imigrantes, estão em maior número do que os reclusos não nacionais não residentes condenados, ou seja, os estrangeiros. No que respeita à condenação destes reclusos não nacionais e encarando a totalidade de condenações deste grupo, verificamos que mais de metade diz respeito a crimes relacionados com os estupefacientes, seguindo os crimes contra o património e crimes contra pessoas (Guia, 2010).

Uma outra particularidade no que concerne à reclusão diz respeito ao índice de reclusão feminina no nosso país, que se tem destacado nos últimos anos como um dos mais elevados da Europa, uma especificidade não apenas do contexto Português, mas de toda a Península Ibérica (Matos & Machado, 2007). Outra característica desta população e, tal como os homens, é a sua proveniência sistemática dos mesmos bairros fragilizados (bairros sociais e bairros de barracas, não se resumindo, neste caso, às áreas metropolitanas de Lisboa e Porto) e de minorias étnicas socialmente desqualificadas (Cunha, 2000). Muitas destas, além de provirem dos meus bairros precarizados ou de certas minorias étnicas, já se conheciam antes da prisão, como também estão ligadas por laços de parentesco (Cunha, 2000).

As razões apontadas para este novo facto são diversas e vão de encontro ao discurso da feminilidade e à exigência social que estas mulheres estão sujeitas de forma a seguirem comportamentos tipicamente femininos e, como consequências deste seu grau de não conformidade ao controlo social, acabam por cometer “desvios de género femininos” e “desvios tipicamente masculinos” (Matos, 2008). Em acréscimo, uma vez que o aparelho

policial é mais pró-ativo em relação a certas categorias socio-espaciais e étnicas, a probabilidade de detenção é mais elevada e, não raras as vezes, os estupefacientes são apreendidos numa casa aquando de uma busca ou o comércio a retalho de droga está mais exposto (Cunha, 2001). De entre os crimes femininos mais perpetrados, encontram-se sobretudo o tráfico de droga, e crime contra a propriedade e pessoas.

De facto, o crescimento registado no número de estrangeiros a residir em Portugal tem sido acompanhado por um aumento da sua visibilidade. A sua crescente representação e presença nos estabelecimentos prisionais portugueses correspondem a uma dimensão negativa desta mesma visibilidade. De facto, a taxa de crescimento do número de cidadãos estrangeiros nas prisões portuguesas está a aumentar a um ritmo superior à taxa de crescimento dos residentes estrangeiros (Esteves & Malheiros, 1999). Esta situação é sobretudo justificada pela existência de importantes disparidades no modo como o sistema de justiça penal atua, comparativamente a estrangeiros e nacionais residentes em Portugal, evidenciando a desigualdade de tratamento em função da nacionalidade, etnia e raça (Fonseca, 2008).

Esta inserção de Portugal nos chamados circuitos internacionais do crime organizado, que associam de imediato tráfico e exploração de imigrantes, afirma-se cada vez mais, como uma questão crucial na relação entre estrangeiros-delinquência e prisão (Esteves & Malheiros, 1999).

6. Discurso que associa imigração e crime

Nos países em que a imigração mais se faz sentir, sempre que se correm ondas de criminalidade, os imigrantes são os primeiros a ser publicamente acusados, sobretudo nas notícias que correm nos meios de comunicação social, independentemente da sua culpabilidade ou não (Guia, 2010).

O processo de globalização atual potencia um movimento crescente de circulação de pessoas que procuram sobretudo, melhores condições de vida. Fortemente afetado por esta globalização encontram-se as relações entre seres humanos, que foram sofrendo drásticas mudanças, resultantes sobretudo dos sentimentos de insegurança e de desconfiança, que se iniciaram a partir do momento em que as cidades se transformaram em grandes metrópoles. A forma como o outro é encarado passou a ser feita com alguma reserva (Guia, 2010).

A partir do momento em que um maior fluxo migratório se começou a fazer sentir, sobretudo a partir de finais dos anos 90, a criminalidade praticada por estrangeiros em

Portugal passou a ter um maior destaque. O imigrante começou assim, a ver a sua “imagem” frequentemente associada, ao conceito de inimigo e encarado com toda a negatividade que o conceito permite.

No que respeita à relação do imigrante com o mundo do crime, a perceção geral, tende a fazer crer de facto, a existência de uma conexão entre o recém-chegado à nova sociedade de acolhimento e, o mundo das atividades delinquentes (Guia, 2009). Uma conexão, que se baseia segundo esta mesma autora, no desconhecimento do outro, na intolerância aos seus comportamentos e cultura e, na proliferação de notícias alarmantes nos diversos meios de comunicação social, sobre os casos de violência praticados por esta população.

O tema da imigração e criminalidade em Portugal tem vindo a ser recentemente analisado, quer no panorama nacional, quer no panorama internacional. As teorias clássicas da criminologia, tendem a explicar a correlação entre o aumento da criminalidade e, o aumento dos movimentos migratórios. Apontando sobretudo razões de cariz económico e, de privação de oportunidades no país de destino (Guia, 2009). Mais recentemente, os últimos estudos contradizem esta teoria, apontando apenas, alguma relação entre imigração e crimes contra a propriedade, sobretudo, roubos. A literatura internacional mais recente parece não ser consensual no que respeita a este fenómeno. Existem os que afirmam não existir qualquer relação entre imigração e crime, os que defendem que existe penas uma ligação parcial e ainda, aqueles que defendem a existência de uma ligação entre estas duas realidades (Rocha, 2001).

Na realidade portuguesa, os diversos estudos efetuados, têm focado distintos aspetos como os fluxos migratórios e as suas interações com a sociedade, problemas económicos e xenofobia. Contudo, o tema da imigração e criminalidade apenas recentemente começou a ser estudado com maior profundidade (Guia, 2009).

No que respeita à relação do imigrante com o mundo do crime, numa perspetiva nacional e na opinião geral dos portugueses, estes pretendem que os imigrantes que cometem crimes se vão embora (Machado, 2003). Associado a isto, emerge, também, um outro estudo do ACIDI (Lages, Policarpo, Marques, Matos, & Cristo, 2006), que demonstra, igualmente, que os portugueses associam os imigrantes a diversas atividades ilícitas, agregando determinadas nacionalidades a determinados delitos. Os imigrantes africanos são associados à violência (62,5%), ao tráfico de droga (47,9%), à SIDA (40,7%) e a conflitos em geral (39,6%). No caso dos brasileiros, estes surgem associados à prostituição (56,8%) e por último, em relação aos imigrantes de leste, estes estão ligados às máfias (52,4%), à violência (43,7%) e à prostituição (38,7%).

De facto, na relação do imigrante com o mundo do crime, a percepção geral faz crer que existe uma conexão entre o cidadão que chega à sociedade de acolhimento e o mundo cinzento das atividades delinquentes. O sentimento de insegurança assim como, a exclusão social, parecem ocupar nos dias de hoje, um lugar de destaque na questão social. Apesar das situações de exclusão social dos imigrantes portugueses acontecer, em parte, por associação ao crime, a investigação conduzida por Esteves e Malheiros (1999) considera que a criminalidade violenta dos estrangeiros (residentes e não residentes) apresenta valores de condenações inferiores à dos portugueses. Contrariando, desta forma, a percepção geral de que existe uma conexão entre aquele que chega à sociedade de acolhimento e o mundo das atividades delinquentes.

Na realidade, a maioria destes imigrantes ilegais não representa qualquer tipo de ameaça à segurança dos países de acolhimento estando, pelo contrário, mais vulneráveis à exploração, por meio dessa mesma ilegalidade (Machado, 2000). Embora, a crescente presença do número de estrangeiros a residir em Portugal e nos estabelecimentos prisionais portugueses contribui, para agravar a dimensão negativa desta evidência, permanecendo assim uma “sobrerepresentação” percebida de algumas nações nas prisões portuguesas, nomeadamente, Angola, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Guiné--Bissau e Moçambique (Guia, 2010).

Uma questão sobre a qual nos poderíamos interrogar é se os estrangeiros são, de facto, mais criminosos do que os autóctones. Apesar das estatísticas revelarem um número considerável de estrangeiros na prática de crimes, a verdade é que, este fenómeno tende a ocorrer, não só pelo facto de os imigrantes serem maioritariamente homens novos, pertencendo assim à categoria de indivíduos que cometem mais crimes, mas, também, pelo facto de pertencerem a classes socialmente desfavorecidas (Kuhn & Agra, 2010). No entanto, no caso de Portugal, toda esta rotação se operou ao longo dos anos 90 e, foram sobretudo alguns órgãos de comunicação social como o Público e o Expresso, que iniciaram a publicação de extensos dossiês, com títulos bastante sugestivos, sobre esta população.

Por fim, e uma reflexão que parece particularmente pertinente é de facto, a imagem que os meios de comunicação social transmitem desta população migrantes, sobretudo e em particular, das mulheres migrantes. Uma imagem muitas vezes, associada a funções sociais subalternadas e ou, a atividades de prostituição, que acaba por ter uma influência muito relevante na percepção que os cidadãos do país de destino, têm destas mulheres migrantes (Machado, 2000).

Estudo Empírico

7. Objetivo Geral

O presente estudo tem como objetivo central explorar e analisar os percursos migratórios de reclusas de nacionalidade estrangeira detidas nos dois principais estabelecimentos prisionais em Portugal.

Objetivos Específicos

- Analisar mulheres os percursos migratórios de nacionalidade estrangeira detidas em Portugal em prisões, nomeadamente:
 - Mobilidade
 - Comportamentos desviantes e crime
 - Contactos com o sistema de justiça
- Analisar quais as perspetivações de futuro destas mulheres reclusas

8. Método

Tendo em conta os objetivos do presente estudo optamos por uma abordagem qualitativa, na medida em que permite uma compreensão e descrição do fenómeno em estudo (Almeida & Freire, 2003). O seguimento desta metodologia permitirá aceder à complexidade do fenómeno na qual “a realidade psico-educativa é percebida como dinâmica, fenomenológica e associada à história individual e aos contextos” (Almeida & Freire, 2003, pp 15).

A metodologia qualitativa baseia-se no pressuposto da compreensão e contextualização do fenómeno, a partir do ponto de vista da experiência dos sujeitos. Uma abordagem metodológica que procura o conhecimento e a análise do fenómeno (Almeida & Freire, 2003).

A investigação qualitativa está assim interessada em fornecer descrições ricas sobre determinado fenómeno permitindo uma exploração retrospectiva de diferentes fases da vida da pessoa (Smith, 2003). Mais ainda, esta metodologia qualitativa possibilita uma compreensão das experiências e da forma como os sujeitos lidam com determinadas situações nas suas trajetórias de vida, privilegiando desta forma uma qualidade e textura da experiência (Willig, 2001).

As metodologias qualitativas são também particularmente úteis em fornecer descrições detalhadas sobre fenómenos para os quais há pouco conhecimento, sugerindo novos *insights* e conhecimentos (Figueira-McDonough, 1998).

Esta abordagem será centrada nos princípios da Grounded Theory, um método de investigação com ênfase no desenvolvimento da teoria. O investigador começa por explorar questões gerais sobre determinado tópico, recolhendo dados junto da população cujas experiências sejam relevantes para o fenómeno em questão (Charmaz, 2003). O percurso do investigador e o seu conhecimento do tema alertam-no sobre a procura de determinados aspetos e processos nos dados. Desta forma, partindo da análise dos casos individuais criam-se categorias abstratas que consigam explicar os dados recolhidos pelo investigador.

8.1. Amostra

Na metodologia qualitativa o foco da investigação centra-se na sua descrição, compreensão e clarificação da experiência humana (Smith, 2003).

Este estudo inclui um grupo de 41 mulheres detidas em estabelecimentos prisionais portugueses partindo dos dados obtidos no Estudo I, um estudo num âmbito do projeto de investigação sobre Trajetórias de Vida de Reclusas de Nacionalidade Estrangeira¹ em que se analisaram processos de 186 reclusas de nacionalidade estrangeira detidas em Portugal.

A partir desta análise foi estabelecida uma tipologia base das mulheres estrangeiras presas em Portugal, constituída por 4 grupos distintos atendendo à nacionalidade, ao local de residência, e ao tipo de crime cometido. Deste modo, o primeiro grupo é constituído por mulheres provenientes da Europa, não residentes no nosso país e que cometeram crimes de tráfico de droga (n=10). O segundo grupo é idêntico ao primeiro, à exceção da nacionalidade: a maioria das mulheres é proveniente da América do Sul (n=10). O terceiro grupo é constituído por mulheres europeias, com residência em Portugal e que cometeram outros crimes (sobretudo crimes contra o património e as pessoas) (n=6). Do quarto grupo fazem parte as mulheres africanas, residentes em território nacional e que cometeram crimes de tráfico de droga (tráfico doméstico) (n=10). Por fim, o último grupo é constituído por mulheres que não se enquadram em nenhum dos quatro grupos anteriormente referidos mas que as suas trajetórias de vida são significativamente importantes para o objeto de estudo em questão (n=5). Constituíram-se assim grupos contrastantes, tendo esta sido uma estratégia para garantir a variabilidade da experiência das mulheres da amostra no fenómeno em estudo. Como parte desta estratégia incluíram-se também mulheres cujas características não se enquadravam em nenhum dos grupos.

Esta seleção foi ainda feita considerando três fatores: a permanência no Estabelecimento Prisional das reclusas à data da recolha da informação; a disponibilidade das mesmas, considerando que a recolha dos dados não interferisse na rotina habitual destas mulheres; e a assinatura do consentimento informado.

Assim sendo, a caracterização da amostra das participantes do presente estudo diz respeito à idade destas, que varia entre os 19 anos e os 54 anos, sendo a maior percentagem os 30 anos (5; 12,5%). Descrevendo a percentagem de idades por intervalos, a percentagem de reclusas com idade inferior a 20 anos corresponde, de forma pouco significativa, a 2,4% da mostra, a maior parte das reclusas tem idade compreendida entre os 21 e 30 anos (34,1%), e entre os 31 e os 40 (34,1%), dos 41 aos 50 anos, a percentagem de

¹ Projeto de Investigação financiado pela FCT em protocolo com a CIG (PIHM/VG/0036/2008)

reclusas neste intervalo de idades é de 17,1% e, por fim, dos 51 aos 60, corresponde a uma percentagem pouco significativa de 9,8%.

Quanto ao estado civil, 25 mulheres são solteiras (62,5%), 8 são casadas (20%), 2 divorciadas, 4 encontram-se em união de facto e uma em separação de facto.

Relativamente ao número de filhos, cerca de 1/3 das mulheres da amostra não tem filhos (32,5%). Existe uma predominância nas mulheres que têm dois e quatro filhos (ambas as taxas correspondentes a 20%).

Na variável habilitações, consideramos as mulheres “sem 1º ciclo”, que corresponde a um valor percentual de 22,5%; as mulheres com “ensino básico”, que diz respeito a quase metade da amostra, (45%); e, por fim, a percentagem de mulheres que detêm o ensino secundário ou superior, correspondendo a 32,5% da amostra.

No que diz respeito à naturalidade da amostra verifica-se uma maior percentagem de reclusas de naturalidade espanhola (19,5%), seguido do cabo Verdiana com 17,1% e, por fim, menos significativa, a brasileira (12,2%). Agrupadas por continente, metade da amostra (48,8%) da amostra provém da Europa, seguida de África, com 26,8% e 24,4% da amostra pertence à América Central e do Sul.

Quanto à residência, a maior parte das mulheres da amostra não residia em Portugal, correspondendo a uma percentagem significativa de 55% e 18 das mulheres tinham residência no nosso país (45%). Das mulheres que não se encontravam a residir em Portugal, 7 tinham residência em Espanha (17,5%), 5 no Brasil (12,5%), 4 na Venezuela (10%), as restantes 6 residiam na África do Sul, Holanda, Itália, Bulgária; França e Lituânia.

Constatou-se também, na amostra que 76,7% não tinham visto e apenas 23,3% o detinham. Centrando-nos nas primeiras, e no motivo pelo qual não possuíam visto, 18 reclusas pertenciam à U.E., 3 tinham título de residência e apenas uma encontrava-se ilegal (visto expirado).

Relativamente ao crime pelo qual as mulheres desta amostra se encontram detidas, foram considerados os crimes de “estupefacientes”, onde se verifica uma grande predominância (77,5% das reclusas encontra-se detida por este crime); crimes contra o “património” (10%), crime contra a “vida em sociedade” (7,5%) e, finalmente, crime contra as “pessoas”, com o valor menos significativo de 5%.

No que respeita à situação jurídica, a maior parte das mulheres foram condenadas (77,5%) e apenas 22,5% da amostra se encontra presa preventivamente. Desta amostra, 10 mulheres tiveram pena acessória de expulsão (25%). Quanto à pena aplicada, nesta variável considerámos os intervalos “+ 1 ano a 3 anos”, “+ de 3 anos a 6 anos”, “+ de 6 anos

a 9 anos”, “+ de 9 anos a 12 anos” e “mais de 15 anos”. A percentagem mais significativa, correspondendo a mais de metade da amostra, diz respeito às penas de “+ de 3 anos a 6 anos” (56,1%) e, seguidamente, a pena de “+ de 6 anos a 9 anos” (9,8%)

8.2. Instrumentos

Para aceder às histórias dos percursos migratórios destas reclusas estrangeiras, a recolha de dados foi realizada através de entrevistas semiestruturadas com flexibilidade para o aparecimento de novos fatores, emergentes das suas narrativas, Permitindo assim uma análise crítica e de cariz exploratório. Esta lógica construtivista de exploração da realidade percebida pelas entrevistadas permite uma abordagem minuciosa na tentativa de ilustrar de maneira mais completa, as experiências das entrevistadas, compreendendo os significados das ações e das percepções das participantes através da sua explicação e descrição (Smith, 2003).

O Guião utilizado neste estudo, “Trajetórias de Vida de Reclusas Estrangeiras” (Matos, Machado, Barbosa, & Salgueiro, 2010) é composto por duas partes distintas: a primeira parte de exploração livre da história de vida desde o nascimento até ao momento atual, explorando aspetos relacionados com o contexto familiar e micro social (estrutura do agregado, as dinâmicas relacionais, o envolvimento em atividades criminais e os contextos de residência), contexto macro social (dimensão cultural dos locais onde viveu, e.g.; papéis de género; legitimação de violência crime), percurso escolar, ocupações, comportamentos desviantes (consumos de droga, relação entre crime e consumos), experiências de vitimação/discriminação, institucionalizações e vinda para Portugal. Na segunda parte deste guião as reclusas são questionadas sobre momentos específicos da sua vida, tais como o melhor momento, o pior, um momento de viragem, um momento marcante relacionado com a reclusão e outro com o crime. Nesta mesma segunda secção do guião, as reclusas são ainda questionadas acerca de influências positivas e negativas na sua vida, terminando com um “argumento para o futuro”, onde são abordadas as expectativas para a vida depois da reclusão.

8.3. Procedimentos

Tendo em conta que se pretendia aceder aos discursos construídos sobre os percursos migratórios e aos significados a este associados na construção de narrativas de vida, o instrumento que se considerou ser o mais adequado para a recolha de dados foi a entrevista qualitativa, semiestruturada. Pretendíamos utilizar um guião de entrevista caracterizado sobretudo por uma flexibilidade suficiente para aceder ao nosso objeto de estudo.

A recolha de dados realizou-se após a aceitação das reclusas em participar no estudo através da assinatura do consentimento informado. As entrevistas foram realizadas entre Janeiro e Março de 2011 em dois Estabelecimentos Prisionais femininos em Portugal com recurso ao guião semiestruturado.

Tratamento de dados

As entrevistas foram gravadas em áudio tendo-se procedido posteriormente à sua transcrição integral, com fidelidade ao código linguístico das entrevistadas visando a credibilidade dos dados

Após a recolha dos dados iniciou-se o processo de análise e interpretação dos dados qualitativos resultantes das entrevistas, e de acordo com os princípios propostos pela Grounded Analysis. A Grounded Analysis enquanto metodologia qualitativa permite um papel interpretativo incluindo as perspetivas dos fenómenos em estudo (Fernandes & Maia, 2001).

Neste sentido e como primeiro passo realizamos uma leitura atenta às 41 entrevistas. Relativamente e conforme temos vindo a referir, este estudo está inserido num projeto mais amplo, onde da recolha de dados é resultado do trabalho dos investigadores previamente envolvidos no projeto, o que resultou numa grelha de categorização que foi o nosso ponto de partida.

A categorização foi alcançada a partir da codificação, traduzindo-se numa forma de separar os dados e reorganiza-los em categorias, de maneira a facilitar a comparação entre diferentes elementos na mesma categoria e entre categorias. Estas categorias foram sendo criadas indutivamente.

O processo de análise do nosso estudo iniciou-se pela análise das entrevistas das reclusas de forma a criar uma apropriação ao discurso destas mulheres já que, a etapa da recolha de dados não foi realizada por nós. Posteriormente foram analisadas todas as categorias criadas, observando-se as unidades de referência codificadas nessa categoria quando surgiam algum tipo de dúvidas. Numa fase posterior, foram selecionadas as entrevistas a manter para o estudo.

Os dados emergentes nas entrevistas foram analisados segundo os princípios da Grounded Theory, com recurso ao *software* Nvivo 9. Este *software* de pesquisa de dados qualitativos não numéricos é utilizado para a construção de uma teoria, permitindo a organização e visualização da informação, facilitando assim uma análise profunda e flexível da mesma (Matos, 2008).

Tendo presente todas as categorias que pretendíamos analisar, avançamos novamente para uma nova e exaustiva leitura entrevistas e com o auxílio da ferramenta “coding density only”, fomos verificando a codificação realizada. As codificações que suscitavam dúvidas na maior parte das vezes, passavam apenas por uma nova leitura da unidade da categoria. Ao longo deste processo de análise de categorias fomos encontrando algumas vezes, categorias que podíamos considerar um pouco mais descritivas, próximas do discurso dos participantes.

Resultados

Neste estudo optámos por analisar o percurso migratório das reclusas estrangeiras, tal como estas o constroem narrativamente. De modo particular, procurámos caracterizar as suas trajetórias de vida no que toca à mobilidade, ao crime e à deportação. Para a apresentação dos resultados, e respeitando o princípio da confidencialidade e da identidade das entrevistadas são usados nomes fictícios.

Mobilidade:

Começamos por descrever a mobilidade das mulheres estrangeiras, caracterizando os motivos da sua vinda para Portugal.

A necessidade de obter “*dinheiro rápido*” foi referida por vinte mulheres como tendo motivado a sua vinda para Portugal, operada em todos estes casos pela via do tráfico internacional.

No discurso de algumas destas mulheres (n=6/20), a necessidade de obter dinheiro rápido aparece associada aos consumos de drogas (*“fomos para S.Paulo! aí que dormi na rua, aí que fiz tudo de novo, voltei a usar química, sabe, mesmo conhecendo esses homens é, é...foi quando eu conheci um coreano, que ele falou ai! Tem uma viagem para fazer se... eu falei então vamos fazer o seguinte... expliquei mesmo a situação para ele, estou morando de favor, tenho de pagar as minhas coisas aqui, tenho de mandar dinheiro”*).

No discurso das restantes mulheres (14/20) a procura de dinheiro rápido é associada a outras dificuldades, como a “necessidade de pagar contas” e “de ter dinheiro” emerge como motivação para o tráfico de droga, que constitui o crime pelo qual estão detidas (*“É relativo o sucesso...no Brasil, ninguém está assim 100% bem. E eu pedi dinheiro a um cliente para saldar uma dívida temporária, eu já tinha hábito de pedir esse dinheiro para esse cliente só que...eu pedi 5000 dólares para ele, e ele me emprestou em Setembro, e deu-me um prazo para fazer a devolução desse dinheiro, e é lógico não é? eu tive dificuldades em devolvê-lo. Até que no finalzinho de 2009 para o início de 2010 ele me propôs essa fatídica viagem, que eu trouxe estupefacientes”*).

A vontade de trabalhar no estrangeiro foi referida por doze entrevistadas como sendo a razão da sua vinda para Portugal.

No discurso destas mulheres (n=8/12), surge a procura de oportunidades no mercado de trabalho (*“Trabalhei muito, muito e depois fiquei sem trabalho... Era um contrato temporário e acabou... Fiz limpeza, trabalhei com pessoas idosas... depois fiquei outra vez*

sem trabalho porque era outra vez temporário e então surgiu esta oportunidade de trabalhar aqui em Portugal. Eu olhei na internet e vi que com o diploma que eu tinha para trabalhar com crianças, tinha oportunidade de trabalhar aqui em Portugal no Algarve, tipo num hotel”).

As restantes mulheres (n=4/12) referiram a intenção de trabalhar temporariamente, de modo a ganhar dinheiro para enviar para os familiares que se encontram no país de origem (*“Foi. Depois quando eu cheguei da primeira vez eu estava na com ele na Roménia. Dizia para ele “ eu preciso de dinheiro, eu preciso de dar de comer aos meus filhos”. Não tenho dinheiro para tratar dos meus filhos, não tinha casa, não tinha nada”).*

A reunificação familiar foi referida pelas entrevistadas (n=3) que já tendo familiares no país de acolhimento aproveitaram esse facto, não só para migrarem para junto destes, mas também para trabalharem (*“Depois eu vim para Portugal. É assim, o meu pai já lá estava com os meus irmãos todos. Em Cabo-Verde era só eu, a minha irmã e a minha mãe. O meu companheiro passado seis meses mandou-me buscar e aí foi... fazia limpezas em Odivelas, ficava lá o dia todo”).*

Três mulheres referiram que o motivo da vinda para Portugal se prendeu com vontade dos seus progenitores de que pudessem usufruir de uma melhor educação, pelo que a migração decorreu de uma decisão dos mesmos (*“Eu fiquei lá com a minha avó. E depois passado um ano de a minha mãe estar aqui, a minha avó faleceu. E depois a minha mãe regressou lá outra vez e foi-me buscar e trouxe-me para aqui. Cheguei, vim estudar aqui mas não estudei muito. Era terrível. Até 4ª classe”).* Foi nestes casos que a vinda para Portugal ocorreu mais cedo na trajetória de vida das mulheres reclusas.

Duas entrevistadas referiram que a vinda para Portugal ocorreu já no contexto do envolvimento em atividades criminosas, sob influência de pessoas próximas (companheiro, no caso de uma destas mulheres; os pais, no caso de outra mulher) que as pressionaram para a perpetração das mesmas (*“Davam-me maus tratos. Obrigava-me a fazer coisas que eu não queria. Não... ele me obrigava a roubar aqui a Portugal. Obrigava-me a ir roubar para a bebida”).*

Finalmente, uma participante referiu que a migração surgiu a pretexto de problemas amorosos e familiares, tendo aparecido como uma oportunidade de fuga aos mesmos. (*“Não era uma pessoa estável nem financeiramente, nem psicologicamente. Era mais o estilo de*

vida que não era estável. Tinha um problema em França e... tentamos matar os meus pais”).

Crime:

No que respeita ao crime, as entrevistadas referiram como elementos justificativos do seu envolvimento vulnerabilidades estruturais no país de origem (n=14) e no país de acolhimento (n=15). Foram ainda referidas vulnerabilidades individuais por quatro entrevistadas.

Do discurso destas mulheres sobre o crime no país de origem (n=14), emergem referências a vulnerabilidades estruturais, conduzindo a dificuldades financeiras e à necessidade de obterem dinheiro rápido (n=12/14) (*“Fiz isto porque precisava de dinheiro... Na Holanda tens de pagar muitas coisas e na altura o subsídio da segurança social da Holanda era muito baixo e não me podia sustentar”, “É relativo o sucesso... no Brasil, ninguém está assim 100% bem, quem trabalha tem uma certa dificuldade em manter o negócio, como eu, tem altos e baixos, tem. Sim! Só que até ao ano de 2009 eu estava levando, estava indo de vento em popa o meu negócio mas aí acabei sofrendo algumas dificuldades financeiras. E eu pedi dinheiro para um cliente para saldar uma dívida temporária. Eu pedi 5000 dólares para ele, e ele me emprestou em Setembro, e deu-me um prazo para fazer a devolução desse dinheiro, e é lógico, não é? E eu não, não via possibilidade de fazer a devolução e ele me propôs essa fatídica viagem”).*

O discurso das restantes (n=2/14) evidencia o gozo associado ao envolvimento no crime, que não é descrito como motivado por necessidade ou dificuldades (*“ Sei lá. Minha avó me dava tudo, a mim e aos meus filhos, mas eu estava farta de ver que a minha avó nos dava tudo e nós nunca podíamos fazer nada, nunca podíamos contribuir com nada, ”fazia umas coisas malandras por ali mesmo, eu sempre fui malandra, não vou negar. Pegava em dólares trocava, dólares falsos, trocava por reais, pegava dinheiro falso em reais e trocava por dinheiro verdadeiro”).*

Quinze entrevistadas referem ter iniciado o envolvimento no crime no país de acolhimento. No discurso destas mulheres evidenciam-se sobretudo as dificuldades financeiras (10/15) como o principal motivo que as levou ao envolvimento na atividade criminal (*“Olha... de vez em quando falta né? Acho que falta sempre alguma coisa às pessoas, nem sempre as coisas correm como a pessoa quer, falta sempre dinheirinho pra comprar um pão, arroz, essas coisas...Já estava a dever ao banco 1800€ de renda, já*

estava sem emprego, o meu filho precisava de dinheiro e eu não tinha como arranjar”, “ O que é que acontece, o meu tio e o meu avô vão para o Zaire, e essa minha tia também, vão para o Zaire, e deixam-nos só aqui. Fiquei só eu e a minha mãe. Só nós as duas. Sem dinheiro e sem trabalho, sem casa para morar”).

Outras mulheres (n=4/15) referiram o papel que amigos ou familiares tiveram no envolvimento no crime, ao proporcionarem a oportunidade e aliciarem-nas com as potenciais vantagens da mesma, convencendo-as de que seria de facto a melhor forma para obterem dinheiro de forma rápida e fácil (*“colega, conhecimento. Diziam que dava mais dinheiro do que estar a trabalhar e não sei quê. Que eu podia ganhar mais. Que se eu quisesse levava-me a uma pessoa que fornecia e ganhava mais”...*). No discurso destas mulheres sobressai a ideia de que estas mulheres se percebiam mais como vítimas dessas pessoas do que como responsáveis pelo crime (*“Divida casa com outra amiga. Não. Depois vim parar aqui à prisão. Eu não tava a fazer nada, só tava no lugar que era errado. E foi assim. Como eu tava lá e como outra pessoa era Portuguesa e eu sou estrangeira os olhos vieram para cima de mim. Não. Era assim: a pessoa que trabalhava comigo chamava-me para passar em casa dela, eu fui lá e quando passei lá não sabia que tinha droga ali e polícia ali. Chamou para ir buscar roupa de trabalho. Se eu soubesse eu não ia. E ela disse para ir a casa dela que ela ia viajar. Por isso fui”).*

Por fim uma entrevistada referiu o gozo pelo desvio (*“ E eu aqui às vezes costumo dizer que eu entrei para o lado do tráfico. Não é o, acho que é errado, claro, é errado, mas não é o, a de você ficar rica, ter bom carro, com casa piscina, não é isso, eu não quero isso, não é isso. Acho que é aquela, aquela coisa”).*

No discurso de quatro entrevistadas emergem justificações diretamente relacionadas com vulnerabilidades individuais para a prática de crime. Assim, o crime é justificado por problemas de saúde mental (*“Quando estava no Algarve eu já estava grávida, mas por causa da depressão eu não vi a minha gravidez... Sim. Eu... eu... eu... eu matei o meu bebé”*), e por problemas conjugais que evidenciam relações marcadas pela violência e manipulação por parte dos companheiros (*“dava-me maus tratos. Obrigava-me a fazer coisas que eu não queria. Ele obrigava-me a ir roubar para a bebida. Roubo é verdade que fiz muitos porque me obrigavam a roubar e se não o fizesse me maltratava, eu tinha muito medo e tinha de ir”*).

Perspetivação de futuro:

Questionamos as mulheres (n=35) acerca das suas expectativas face ao futuro. Estas expectativas estão naturalmente condicionadas pela sua situação jurídica. Algumas destas reclusas (n=16/35) têm pena acessória de expulsão, no entanto outras reclusas (n=19/35) não têm pena acessória de expulsão, e as restantes não têm uma decisão prevista (n=6/35).

Nestas mulheres (n=19/35) que não têm pena acessória de expulsão está associada uma idealização do seu futuro no país de origem, fundamentalmente em algumas mulheres (n=15/19) reforçada por questões familiares e económicas (*“Quero reunir todas as famílias, a minha família, os meus filhos, todos... Quero reunir ele, os meus filhos, a minha nora, meu genro, fazer uma churrascada, festejar com eles a minha chegada”, “A minha irmã vai comprar terra para cultivar verduras e vou trabalhar com ela”*).

No discurso das restantes mulheres (n=3/19) estas justificam a vontade de querer ficar em Portugal não só por questões laborais (*“Não, quero trabalhar em Portugal.”*), mas também pelos familiares que ainda se encontram no país de acolhimento (*“Sim moram cá, em Lisboa (os filhos), sim. Nós somos de Lisboa. Pode ser aqui em Portugal, porque quero tar ao lado dos meus filhos”*).

Por fim, uma das entrevistadas justifica o fato de quer “ir para um outro lugar qualquer” pela procura de oportunidades laborais (*“a minha ideia, a minha perspetiva é de ir viver para França... o meu companheiro também já falei com ele, porque ele tem uma irmã também em França e ele tava a espera de eu sair para irmos para França porque aqui já era...”*).

No que respeita às mulheres que têm pena acessória de expulsão (n=16/35), onze alegam querer regressar ao país de origem pela vontade em estar próximas da família e trabalharem (*“Vou ficar em casa, com as minhas filhas, com as 4 filhas e com o meu marido, se ele estiver disposto ainda. Uma coisa é o telefone e logo... a vida dá muita volta. É só ir para casa e estar com as minhas meninas, não quero nada mais do que estar com a minha família”*) e, pela necessidade de laborar, *“porque eu quero voltar para Angola e lá em Angola tenho a possibilidade de ter terras... eu vou trabalhar lá”*).

As restantes mulheres (4/16) alegam querer ficar em Portugal apontado como motivo justificativo a vontade de ficar a trabalhar no país de acolhimento (*“Estar com os meus filhos e matar saudades em primeiro! Depois gostava de vir arranjar um trabalho”*).

Por último, uma entrevistada afirma que apesar de ter medida de deportação, “querer ir para outro lugar qualquer” justificando a necessidade de procurar outro país como uma alternativa para conseguir trabalhar e reorganizar a sua vida (*“Agora vim para a prisão, hoje em dia já penso em chegar lá e voltar para a Europa, e não ficar no Brasil...Quero sair do Brasil para vir para Espanha... trabalhar”*).

No que concerne às entrevistadas que não têm medida decretada (n=6), as mesmas apesar da incerteza, têm expectativas positivas quanto ao futuro, nomeadamente a vontade em voltar ao país de origem (*“agora como agora eu escolheria só voltar para a minha casa e nada mais, que não há, não há para escolher”*), e conseguir um trabalho para regularizar as dívidas (*“Neste momento quem está a pagar [a casa] é uma senhora que me serviu de fiadora, está a pagar e quando eu sair vou trabalhar e vou pagar a ela”*).

Discussão e Conclusão

Iniciamos a análise dos dados fazendo uma breve referência a dois elementos centrais para a compreensão dos discursos construídos pelas mulheres da amostra, em relação aos seus percursos migratórios. Um elemento está relacionado com os motivos que originaram a decisão da mobilidade, enquanto o outro diz respeito ao envolvimento no crime. Paralelamente analisou-se as perspectivas de futuros destas mulheres.

Através do discurso destas mulheres sobre os seus percursos migratórios é possível compreender uma acentuada idealização nos motivos que as levaram a procurar outro país. Neste estudo evidenciou-se que a procura de oportunidades laborais, e a necessidade de obterem dinheiro é recorrente na construção narrativa destas mulheres. Tal como a literatura descreve, estas mulheres na realidade vêm em busca de um pouco de prosperidade nos países de destino, sobretudo movidas pelas dificuldades económicas e ausência de alternativas no país de origem (Kuhn & Agra, 2010), pois a migração é tida como uma estratégia de sobrevivência individual e ou familiar. A chamada feminização da pobreza, ou seja, a situação de vulnerabilidade económica decorrente da dificuldade que estas mulheres têm de se inserirem no mercado de trabalho ou, então, de se sustentarem com empregos tipicamente “femininos”, mal remunerados e extremamente precários no país de origem (Marinucci, 2007). Portanto, não encontrando alternativas de trabalho a curto-médio prazo, vêm-se obrigadas a recorrer a atividades ilícitas que lhes proporcionam renumeração imediata (Kuhn & Agra, 2010).

A mudança na mulher que migra assume cada vez mais um papel que é incentivado sobretudo por razões socioeconómicas, por oportunidades e ou mudanças no mercado laboral, e transformações ou procura de transformações nas relações de gênero. Assim as razões anteriormente identificadas corroboram também os discursos destas mulheres que as utilizam para justificar e legitimar o seu percurso migratório.

O que se sucede é que não encontrando trabalho, e não tendo qualquer hipótese de serem admitidas a longo prazo estas mulheres são inevitavelmente tentadas a praticar atividades ilícitas que lhes oferecem interessantes perspectivas de rendimento a curto prazo como referido ao longo dos seus discursos, e justificativo do seu envolvimento em atividades criminais. Desta forma, no decorrer da entrevista estas mulheres descreveram uma diversidade de razões sobre o seu envolvimento na sua atividade criminal, centrada essencialmente no tráfico de droga. Esta atividade parece representar em primeiro lugar uma certa racionalidade na sua opção, e em segundo lugar uma influência associada ao papel dos outros, nomeadamente de amigos ou familiares na sua motivação. Tal influência não constitui um dado novo, uma vez que na literatura tem-se verificado que é através das

relações que estabelecemos com os outros que nos definimos e redefinimos a nós e ao mundo que nos rodeia e por isso se espera que esses outros tenham um papel central nos discursos que vamos construindo (Machado, 2000).

Através da análise da construção narrativa dos percursos destas mulheres reclusas identificámos sobretudo, três discursos distintos constitutivos de três significações diferentes associados ao crime e ao desvio (Matos, 2007). Em primeiro lugar, identificámos um discurso que corresponde à significação do crime como uma atividade pela qual estas mulheres optaram de forma racional para obtenção de dinheiro rápido, por forma a fazer face às dificuldades financeiras. O tráfico surge fundamentalmente como uma inevitável oportunidade que é proporcionada a estas mulheres nos contextos socio-espaciais em que se encontram, de forma a melhorarem rapidamente as suas condições de vida. Salientámos que das diversas teorias explicativas do fenómeno criminal, encontramos a teoria de que o *ladrão faz ocasião* (Kuhn & Agra, 2010). O crime não decorre das características sociais ou da personalidade destas mulheres criminosas, mas sim de um produto da situação. A proximidade entre o autor e uma potencial vítima favorece o ato criminoso, bem como a falta de prudência desta última (Kuhn & Agra, 2010). Quanto maior o número e diversidade de ocasiões que oferecemos, maior a probabilidade de atrairmos população, que se encontra com grande fragilidade sobretudo, em termos económicos e laborais, como é o caso destas mulheres entrevistadas.

Todas estas mulheres tiveram que fazer escolhas, grande parte delas de forma racional e dependente substancialmente da sua educação, cultura, grau de aculturação (Kuhn & Agra, 2010). Uma hora de trabalho no tráfico é, sem dúvida, muito mais lucrativa do que uma hora despendida no mercado legal de emprego, tendo em conta que uma população pouco qualificada só acederá aos segmentos mais baixos do universo dos empregos legais (Reuter, MacCoun, & Murphy, 1990). Destacámos que a oportunidade do tráfico é extensivo, ou seja, ele permite diversas oportunidades de adesão que são bastante mais alargadas que as oportunidades de adesão a outras atividades ilegais. Cunha (2001), afirma que esta oportunidade pode ser desenvolvida por pessoas que habitualmente não desenvolviam outras atividades ilegais, como o caso das mulheres. A mesma autora descreve que o tráfico vem precisamente inscrever-se nesta zona estrutural de confluência entre o setor formal e informal, que delimita já o espaço de geração de rendimentos e, sobretudo, o espaço de inserção laboral da maioria destas mulheres reclusas.

Neste estudo corrobora a ideia do estudo de Matos (2007) de que o tráfico de droga constitui-se não só como um elemento fundamental na estrutura discursiva identificada nestas mulheres, que se prende com o grande enfoque das questões económicas, mas também, por se considerar a única e mais fácil opção face às circunstâncias de vida.

Evidenciamos assim, com base nos dados, que as drogas são um elemento evidente na transgressão destas mulheres, seja pelos consumos, seja pelo tipo de crime que cometem. O crime e o consumo são tidos como dois comportamentos inerentes a um estilo de vida desviante, e que é explicitamente associado por estas mulheres à gratificação económica sobretudo.

No que respeita ao segundo discurso, este corresponde a uma apresentação das mulheres como vítimas, em que a desresponsabilização face ao crime estende-se às relações de proximidade ou relações íntimas, descrevendo-se como coagidas ao crime. Um discurso que permite a estas mulheres através da construção das suas narrativas referirem-se à vitimação como uma circunstância de vida que associam ao crime. Um discurso concordante com as abordagens tradicionais da transgressão feminina da vitimação feminina.

Finalmente, o terceiro discurso encontra-se diretamente relacionado com o “gozo” ou o “prazer” associado ao crime e aos seus riscos. Este discurso é construído por mulheres que se desmarcam de qualquer necessidade imediata de obterem dinheiro contrariando os olhares tradicionais sobre a mulher e o crime.

A diversidade de percursos de vida e de experiências desviantes destas mulheres da amostra contrariam a ideia da especificidade dos crimes tipificados como “femininos”, que constitui uma das principais críticas aos argumentos tradicionais, sociais e científicos, sobre a transgressão feminina (Heidensohn, 1985).

Presente no discurso destas mulheres está também uma clara idealização do seu futuro, prevalecendo um discurso de otimismo. A grande maioria destas mulheres antecipa acontecimentos fundamentalmente positivos reforçando a ideia de que se sentem capazes de alcançar um bom futuro. Associada a esta idealização, a perspetivação de uma vida futura passa sobretudo por questões familiares e económicas, sendo o discurso destas mulheres construído sobretudo em termos de estar com os filhos, a família alargada, conseguir ter um emprego e dinheiro para as necessidades da família. No que respeita às relações com o companheiro, estas mulheres perspetivam a possibilidade de as retomar, no entanto, encontram-se reticentes quanto ao fato de estes estarem ou não à sua espera.

Como parte deste discurso existem também mulheres que antecipam algumas dificuldades, sobretudo no que respeita ao regresso ao país de origem. A expressão de duas delas corrobora esse mesmo argumento: vai ser uma realidade muito dura, sem saber o que poderemos encontrar no país de origem. Nos percursos migratórios destas reclusas de nacionalidade estrangeira, percebe-se que as suas trajetórias implicam sobretudo uma

dinâmica de motivações, quer na procura de um novo país de destino, quer no envolvimento na atividade criminal, de forma a garantirem uma vida melhor.

A evolução do mundo laboral no qual o papel da mulher se evidencia cada vez mais, a sua maior autonomia, os seus fatores diretamente relacionados com a melhoria da sua qualidade de vida tem sofrido uma evolução ao longo dos últimos tempos. A sociedade está a mudar, devagar mas está a mudar. Está a tornar-se mais igualitária no que respeita às questões de género, e não esquecendo que, há pouco mais de meio século, as mulheres ainda reivindicavam o direito ao voto, o que faz com que papéis que eram tradicionalmente considerados masculinos comecem a perder essa conotação (Almeida, 2013). No entanto, o caminho laboral que estas mulheres definem para o alcance dos objetivos idealizados, depende sobretudo dos meios que estão ao dispor de cada uma. A discrepância que existe entre os fins e os meios, o desespero, e as dificuldades financeiras, levam a que estas acabem por recorrer a meios tipificados na lei como ilícitos, e que explica consequentemente a sua sobre-representação no âmbito da criminalidade desta população feminina (Kuhn & Agra, 2010).

O tráfico enquanto mercado de oportunidades ilegais potenciou também uma estrutura de emprego onde vigora a igualdade de oportunidades. Dela passaram a usufruir também as mulheres, sobretudo aquelas que se encontram em estratos sociais mais baixos, precários e arriscados do mercado retalhista da droga (Cunha, 2002). Uma oportunidade que proporciona de facto grandes melhorias em condições materiais e permite fazer face às necessidades imediatas destas mulheres. Os fracos recursos económicos e de desinserção face ao emprego formam frequentemente associados a fragilidade destas mulheres, e serviram de para justificar o envolvimento destas mulheres com o mundo da droga (Cunha, 2002).

Como em todos os estudos, também neste podemos elencar algumas limitações, como a não participação na recolha de dados, que se demonstraria como uma oportunidade de maior aproximação e integração aos mesmos. Outra limitação consiste na escassez de literatura nacional sobre o papel das mulheres nas migrações, e na transgressão das normas sociais e legais.

Para o futuro, parece-nos ainda importante que sejam desenvolvidos estudos relativos aos percursos migratórios de mulheres, e que incluam o papel destas na sociedade de acolhimento, especificidades da condição da mulher em função das suas trajetórias pessoais e dos riscos e fatores de discriminação. Poderá ainda tornar-se vantajoso em estudos futuros, a inclusão de um grupo de mulheres detidas em centros de detenção para

imigrantes ilegais, com o objetivo de se identificarem convergências e divergências nas trajetórias destes dois grupos de mulheres.

Referências Bibliográficas

- Almeida, F. (2013). *Vida Inteligente: A falta de paciência das mulheres para os jogos de poder*. Notícias Magazine, 54-56.
- Almeida, L. & Freire, T. (2003). *Metodologia da Investigação em Psicologia e Educação*. Braga: Psiquilíbrios Edições.
- Baganha, M., & Góis, P. (1998). Migrações internacionais de e para Portugal: o que sabemos e para onde vamos? *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 229-280.
- Baganha, M., Marques, J., & Góis, P. (2003). A última vaga: imigrantes de Leste em Portugal. In M. Baganha., J. Marques & P. Góis (Eds.), *Comunicação à Conferência 'Imigração de Leste - Uma Nova Realidade: Oportunidades e Desafios'*. Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa, pp. 1-30.
- Barbosa, F., Fonseca, M., Harrison, M., Nygren-Krug, H., Padilha, B., & Sampaio, J. (2008). Condições de Habitação e Integração dos Imigrantes em Portugal: Desafios e Políticas. In M. Fonseca (Ed.), *Migrações: Oportunidades ou Ameaça?- A Habitação e a Saúde na Integração dos Imigrantes: Recomendações do Fórum Gulbenkian Migrações*. Principia: Cascais, pp. 21, 60.
- Charmaz, K. (2003). Grounded Theory. In J.A. Smith (Ed.), *Qualitative Psychology: A practical guide to research methods* (pp. 81-109). London: Sage Publications.
- Couto, D. (Relatório de investigação não publicado). Nas fronteiras da liberdade: Migração e tráfico de seres humanos, 1-21.
- Cunha, M. (2000). *A Criminalidade (re) vista e comentada a partir da prisão*. Retirado a 20 de Maio de 2011, de [http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5227/3/A%20criminalidade%20\(re\)vista%20e%20comentada%20a%20partir%20da%20pris%C3%A3o.pdf](http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5227/3/A%20criminalidade%20(re)vista%20e%20comentada%20a%20partir%20da%20pris%C3%A3o.pdf).
- Cunha, M. (2001). Do tráfico retalhista em Portugal: as redes da semiperiferia. *Universidade do Minho*, 1,28.
- Cunha, M. (2002). *Entre o bairro e a prisão. Tráfico e trajetos*. Lisboa: Fim de Século.
- Cunha, M. (2010). Race, Crime and Criminal Justice in Portugal. In A. KaluntaCrumpton (Ed.), *Race, Crime and Criminal Justice in Portugal: International Perspectives*. New York: Palgrave MacMillan, 144-161.
- Esteves, A., & Malheiros, J. (1999). Os Cidadãos Estrangeiros Nas Prisões Portuguesas: “ Sobre-Representação” ou Ilusão? *Inforgéo* (14), 77-102.

- Ferin, I., Santos, C., Filho, W., & Fortes, I. (2006). Media, Imigração e Minorias Étnicas. *Observatório da Imigração*, 1-134.
- Fernandes, E., & Maia, A. (2001). *Grounded Theory*. Retirado a 9 de Abril de 2012, de <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/4209>.
- Figueira-McDonough, J. (1998). Environment and interpretation: voices of young people in poor inner-city neighborhoods. *Youth & Society*, 30 (2),123-163.
- Fonseca, G. (2008). Percursos de Estrangeiros na justiça penal. In G. Fonseca (Ed.), *VI Congresso Português de Sociologia*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, pp. 136-179.
- Guia, M. (2009). *Imigração e crime violento: Verdades e Mitos*. Retirado a 7 de Fevereiro de 2012, de http://inscricao.consede.pt/conteudo/congresso/ICNSD_3F_texto_pdf_maria_joao_guia.pdf.
- Guia, M. (2010). População Reclusa em Portugal-Comparações Europeias. In M. Guia (Ed.), *Imigrantes e Criminalidade Violenta em Portugal: Mosaico da Reclusão em Portugal*. Edição dos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras, pp. 50-82.
- Heidensohn, F. (1985). *Women and crime*. London: Macmillan Press. International Organization for Migration. (2010). *Global eye on human trafficking*. Retirado a 15 de Março de 2012, de http://www.iom.int/jahia/webdav/shared/shared/mainsite/published_docs/brochures_and_info_sheets/iom_situation_report.pdf.
- Kuhn, A., & Agra, C. (2010). *Somos Todos Criminosos? Pequena Introdução Criminologia e ao Direito das Sanções*. Alfragide: Casa das Letras.
- Lages, M., Policarpo, V., Marques, J., Matos, P., & Cristo, J. (2006). Os imigrantes e a população portuguesa: Imagens recíprocas. *Análise de duas sondagens*, 2-10.
- Machado, C. (2000). *Discursos de medo, imagens do outro. Estudos sobre a insegurança urbana na cidade do Porto*. Dissertação de doutoramento, Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, Braga.
- Malheiros, J., & Fonseca, M. (2011). *Acesso à Habitação e Problemas Residenciais dos Imigrantes em Portugal*. Retirado a 24 de Março 2013, de http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Estudos%20OI/Estudo48_WEB.pdf.

- Malheiros, J., & Padilha, B. (2010). Feminização das Migrações em Portugal. In J. Malheiros & B. Padilha (Eds.), *Mulheres Imigrantes Empreendedoras*. Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género: Lisboa, pp.19,30.
- Marinucci, R. (2007). *Feminização Das Migrações*. Retirado a 31 de Março de 2013, de http://www.csem.org.br/pdfs/feminizacao_das_migracoes_roberto_marinucci2007.pdf
- Matos, R. (2008). *Vidas raras de mulheres comuns: Percursos de vida, significações do crime e construção da identidade em jovens reclusas*. Coimbra: Almedina.
- Matos, R., & Machado, C. (2007). Reclusão e laços sociais: discursos no feminino. *Análise Social XLII (185)*, 1041-1054.
- Matos, R., Machado, C., Barbosa, M., & Salgueiro, G. (2010). Foreign citizens in European (and Portuguese) prisons: A longitudinal overview. *Relatório de investigação não publicado*. Porto: Universidade Católica Portuguesa.
- Norte, C., Mortágua, M., Rosa, M., Silva, P., & Santos, V. (2004). O Impacto da Imigração nas Sociedades da Europa: Um Estudo para a Rede Europeia das Migrações – O Caso Português. *Serviço De Estrangeiros e Fronteiras da Administração Interna*, 1-74.
- Ortega, M. (2007). *A Europa Face aos Novos Fluxos Migratórios*. Congresso. Retirado a 2 de Janeiro de 2013, http://www4.fe.uc.pt/ciclo_int/doc_06_07/ortega.pdf.
- Peixoto, J., Soares, A., Costa, P., Murteira, S., Pereira, S., & Sabino, C. (2005). *O tráfico de migrantes em Portugal: Perspectivas sociológicas, jurídicas e políticas*. Retirado a 15 de Abril de 2012, de http://www.acidi.gov.pt/_cfn/4d0544b049104/live/Estudo_012.pdf.
- Ramos, M. (2010). *Migrações e género – trabalho, empreendedorismo e discriminações*. Retirado a 20 de Janeiro de 2013, de http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278297633_ARQUIVO_ComunicacaoFlorianopolisMCPR.pdf.
- Reuter, Peter., MacCoun, R., & Murphy, E. (1990). *Money From Crime. A Study of Drug Dealing in Washington*. Retirado a 12 de Março de 2013, de <http://www.rand.org/pubs/reports/R3894.html>.
- Rocha, J. (2001). *Reclusos Estrangeiros: Um Estudo Exploratório*. Coimbra: Almedina.
- Smith, J. (2003). Introduction. (Smith, eds.). *Qualitative Psychology: a practical guide to research methods* (pp. 1-4). London: Sage Publications.

Willig, C. (2001). *Introducing qualitative research in psychology: adventures in theory and method*. Buckingham: Open University Press.

Anexos

Anexo A – Grelha de Categorias

1. Mobilidade – Motivos que levaram as reclusas a procurar um novo país					
Código	Subcategoria	Definição	Unidade de Registo (exemplo)	Número de fontes	Número de referências
1.1	Obter Educação	Decisão tomada pelos progenitores, motivada pelo desejo de proporcionar às filhas uma melhor educação	“E depois passado um ano de a minha mãe estar aqui, a minha avó faleceu... e depois a minha mãe regressou lá outra vez e foi-me buscar e trouxe-me para aqui. Cheguei, vim estudar aqui mas não estudei muito. Era terrível. Até à 4ª classe”.	3	15
2. Para Trabalhar/Migração Laboral					
2.1	Procura de oportunidades no mercado laboral	Decisão tomada por estas mulheres de procurarem trabalho noutro país	“Trabalhei muito, muito e depois fiquei sem trabalho... Era um contrato temporário e acabou.... E então surgiu esta oportunidade de trabalhar aqui em Portugal”.	7	91
2.2	Trabalhar para mais tarde reunir com a família	Vieram para um outro país de destino com a intenção de mais tarde regressarem ao país de origem	“Hum...não esquece. Vim para Portugal em 2000! Não... Eu nunca vim para morar aqui mesmo. É assim, eu só vim por causa da minha filha, não ia ficar aqui. Eu dizia que um dia ia embora para a minha terra”.	4	59
3	Reunificação familiar	Diz respeito ao facto de estas mulheres já terem familiares no país de acolhimento e aproveitaram esse facto, não só para migrarem para junto destes, mas também para laborarem	“Depois eu vim para Portugal... É assim, o meu pai já lá estava com os meus irmãos todos... Depois eu vim praqui, queria arranjar uma casa trabalhando”.	3	46
4. Obter Dinheiro Rápido					
4.1	Associação ao Uso de Drogas	Diz respeito à necessidade de obter dinheiro rápido associada aos consumos de drogas	“fomos para S.Paulo! aí que dormi na rua, aí que fiz tudo de novo, voltei a usar química, sabe, mesmo conhecendo esses homens é...é...foi quando eu conheci um coreano, que ele falou aí!	6	36
4.2	Dificuldades Financeiras	Diz respeito à necessidade que estas mulheres tinham de pagar as suas contas e	“e fiquei na rua, fiquei sem nada com 52 anos, sem poder procurar trabalho, não, não, sem poder procurar... e	14	105

		ter dinheiro, envolvendo-se consequentemente no crime como uma oportunidade imediata de fazerem face a essas necessidades	assim estive 8 meses e já não podia, não tinha... enfim era lamentável, passei muito mal, muito mal”.		
5	Envolvimento em atividades criminosas	Diz respeito ao envolvimento no crime, justificativo do medo relacionado com a manipulação por parte do companheiro	“dava-me maus tratos. Obrigava-me a fazer coisas que eu não queria. Ele me obrigava a roubar aqui em Portugal. Roubo é verdade que fiz muitos porque me obrigavam e se não o fizesse me maltratava”.	2	61
6	Fuga relacionada com motivações amorosas e com problemas familiares	Diz respeito aos motivos que as trouxeram a Portugal	“ Até encontrar o meu companheiro, que estou aqui com ele... falava muito em dinheiro, mas não tinha como me sustentar. Vem, vem para Portugal há um tempo atrás. Tinha um problema em França... tentamos matar os meus pais.”	2	1
2. Crime – Razões que as levaram ao cometimento do crime					
1	Vulnerabilidades individuais	Diz respeito aos motivos que as levaram a cometer o crime, incluindo problemas de saúde mental e problemas conjugais	“Dava-me maus tratos. Obrigava-me a fazer coisas que eu não queria. Por isso estou aqui. Ele obrigava-me a roubar para a bebida. Ele obrigava-me a roubar aqui a Portugal”.	4	36
2. Vulnerabilidades Estruturais					
2.1	No país de acolhimento	Diz respeito aos motivos que as levaram a cometer o crime	“ Eu tinha trabalho, só que era assim, o dinheiro era assim estreitinho, muito curto.”	15	155
2.2	No país de origem	Diz respeito aos motivos que as levaram a cometer o crime	“ Sim e depois aí vi-me numa situação crítica, necessitava de dinheiro”.	14	97
3. Perspetivação de Futuro					
3.1	Com deportação mas querem ficar em Portugal	Expetativas das reclusas face ao futuro	“quero ficar aqui. Eu acho que a minha vida já é aqui.”	4	31
3.2	Com deportação mas querem voltar ao país de origem	Expetativas das reclusas face ao futuro	“É isso só quero ir na Roménia, ver ao meus pais e os meus filhos, mais nada, nada, nada.”	11	36

3.3	Com deportação mas querem ir para outro lugar	Expetativas das reclusas face ao futuro	“Aí o juiz com certeza me vai chamar e eu vou dizer para ele que eu quero sair.”	1	7
3.4	Sem deportação e querem ficar no país de acolhimento	Expetativas das reclusas face ao futuro	“Espero ter sido a última porque falei com a minha advogada para não sair de Portugal com uma expulsão...”	3	8
3.5	Sem deportação e alegam querer voltar ao país de origem	Expetativas das reclusas face ao futuro	“Quero voltar para Espanha, quero voltar para ver a minha mãe, a minha avó e o meu tio...”	15	38
3.6	Sem deportação mas querem ir para outro lugar	Expetativas das reclusas face ao futuro	“Mas o meu sonho mesmo era vir para Portugal antes de ir para o Brasil.”	1	9
4.	Não têm decisão prevista	Expetativas das reclusas face ao futuro	“vamos ver a minha expulsão como é que fica, não se sabe nada, nada, nada...”	6	27